

Chapa Dilma-Temer cometeu abuso de poder econômico, diz relator

A chapa Dilma-Temer cometeu abuso de poder econômico nas Eleições de 2014 porque recebeu recursos desviados da Petrobras e de empresas que tinham contrato com a estatal para financiamento da campanha. É o que diz o voto do ministro do Tribunal Superior Eleitoral Herman Benjamin, relator da ação que discute se a chapa deve ser cassada por esse motivo.

José Cruz/Agência Brasil



Para o ministro Herman Benjamin, chapa Dilma-Temer cometeu abuso de poder econômico nas Eleições de 2014.
José Cruz/Agência Brasil

O ministro não terminou de ler o voto na sessão desta quinta-feira (8/6) de julgamento, mas apontou que o recebimento do dinheiro pela campanha prejudicou a lisura do pleito e provocou concorrência desleal.

O julgamento foi suspenso e deverá ser retomado na manhã desta sexta-feira (9/6). Os ministros acordaram que cada um terá em média 20 minutos para votar após o relator concluir seu voto.

Para Herman, a Odebrecht deve entrar no processo porque era “a rainha-mãe das propinas repassadas à campanha por meio de contratos obtidos por empresas do grupo com a Petrobras”.

Ele continua dizendo que o papel da empresa no esquema e o volume de dinheiro repassado não poderiam ser descobertos se o empresário Marcelo Odebrecht não fechasse acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal, o que possibilitou ao TSE escutá-lo para esclarecer os fatos. “Todo o esquema complexo de propinas da Odebrecht não poderia fazer parte da inicial do PSDB porque foi revelado só após a delação do Marcelo e o depoimento à Justiça Eleitoral”, disse, reafirmando que a empresa é citada na inicial do processo.

Segundo Marcelo, continuou o ministro, dinheiro do esquema de caixa dois foi usado para pagar a campanha de 2014. E a *holding* que controla a empresa não repassava os recursos, mas gerenciava o



dinheiro que era entregue ao Partido dos Trabalhadores por meio de uma “conta corrente” que tinha com o governo federal.

Herman afirmou ainda que esses repasses, por meio de propina, que vieram da Petrobras ligados a contrato com as empresas criaram o que ele chamou de “poupança” ou “gordura” para ser usado nas eleições pelos partidos e que isso tornou a disputa desigual. Além dos repasses feitos pela Odebrecht para pagar a campanha de 2014, o voto cita até o momento dos pagamentos feitos pela Sete Brasil e Keppel Fels, que tinham contratos com a Petrobras.

Para o ministro, não faria sentido desconsiderar o depoimento dado a ele pelo marqueteiro de Dilma, João Santana, e sua mulher, Mônica Moura, pois o casal relatou pagamento de serviços prestados à campanha por empresa que tinha contrato com a Petrobras. Em abril deste ano, o Plenário do TSE aprovou depoimento com os dois no processo.

**Texto modificado às 21h14 do dia 8/6/2017 para acréscimo de informações.*

Date Created

08/06/2017